

Relatório de Auditoria Financeira
Programa de Desenvolvimento Urbano
Integrado e Sustentável do Município de
João Pessoa
Contrato de Empréstimo nº 4444 OC/BR –
BR-1421



João Pessoa/PB
2022

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Presidente

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
Vice-Presidente

Conselheiro Antônio Gomes Vieira Filho
Corregedor

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho
Presidente da Primeira Câmara

Conselheiro André Carlo Torres Pontes
Presidente da Segunda Câmara.

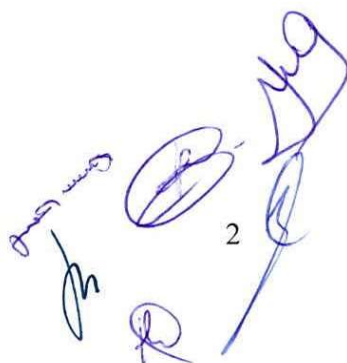
Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo
Ouvidor

Conselheiro Arnóbio Alves Viana
Coordenador da ECOSIL

Dr. Bradson Tibério Luna Camelo
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/PB

Károly de Tratai Hiluey Agra
Diretor Executivo Geral

Eduardo Ferreira Albuquerque
Diretor de Auditoria e Fiscalização



Handwritten signatures and a circled number 2 in blue ink.

**Relatório de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras do Contrato
de Empréstimo nº 4444/OC BR – Exercício 2021**

PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

Comissão de Auditoria:

Maria Zaira Chagas Guerra Pontes (Coordenadora)
Auditor de Controle Externo

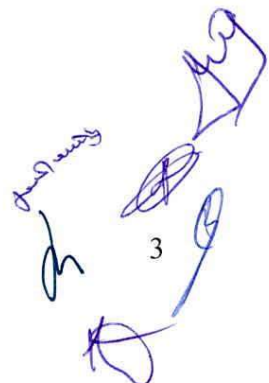
João César Bezerra de Menezes
Auditor de Controle Externo

João Kennedy Rodrigues Gonçalves
Auditor de Controle Externo

Júlio Uchôa Cavalcanti Neto
Auditor de Controle Externo

Renata Carrilho Torres de Andrade
Auditor de Controle Externo

Rômulo Soares Almeida Araújo
Auditor de Controle Externo



Handwritten signatures and a circled number 3 in blue ink.

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
DIAFI	Diretoria de Auditoria e Fiscalização
CCC	Centro de Cooperação da Cidade
ROP	Regulamento Operacional do Programa
CBR	Complexo Beira-Rio
ELO	Escritório Local de Gestão
CVF	Complexo Via Férrea
INTOSAI	Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização
ISSAI	Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores
ISA	Normas Internacionais de Auditoria
IFAC	Federação Internacional de Contadores
POA	Plano Operativo Anual
PA	Plano de Aquisições
PF	Plano Financeiro
CGP	Comitê de Gestão do Programa
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento
SEFIN	Secretaria de Finanças
PCAO	Plano de Controle Ambiental de Obras
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
AA	Autorização Ambiental
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
MGAS	Marco de Gestão Ambiental e Social
TDR	Termo de Referência
PDRR	Plano Diretor de Reassentamento e Relocalização
PERRs	Planos Executivos de Reassentamento e Relocalização



Handwritten signatures and a circled number 4.

SAFF	Solução para Administração Física, Financeira e Contábil de Projetos Cofinanciados
SGP	Sistema de Gerenciamento do Programa
LOA	Lei Orçamentária Anual
QDD	Quadro de Detalhamento da Despesa
TCE/PB	Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Handwritten signatures and initials in blue ink.

TABELAS

Tabela 01 – Investimentos do Projeto (2021) – Processos Analisados	12
Tabela 02 – Portarias de Nomeação dos Membros da UEP	37
Tabela 03 – Previsão Orçamentária x Despesas Realizadas (2021)	47

IMAGENS

Imagem 01 – Estrutura da UEP.....	39
Imagem 02 – Valores Previstos no Orçamento.....	47
Imagem 03 – Avanço do Tempo X Valor Desembolsado.....	48

2020/2021
h
6
h

SUMÁRIO

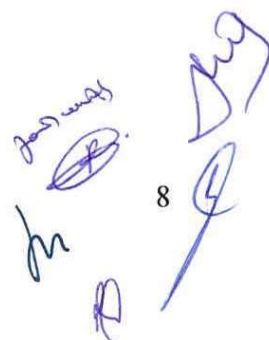
RESUMO EXECUTIVO	09
1. INTRODUÇÃO	09
2. DO PROJETO	09
2.1. OBJETIVO DO PROJETO.....	10
2.2. COMPONENTES DO PROJETO.....	10
3. DA AUDITORIA	12
3.1. ESCOPO DO TRABALHO.....	12
3.2. DEFINIÇÃO DA AMOSTRA.....	12
 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL.....	 14
 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	 18
4. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS	21
4.1. OBJETIVO DO PROJETO.....	22
4.2. ESTRUTURA DO PROJETO	22
4.3. UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA.....	23
4.4. ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES DA ESTRUTURA BÁSICA.....	24
4.5. COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO	34
4.6. EMPRESAS CONSULTORAS	34
4.7. SISTEMA DE INFORMAÇÕES	34
4.8. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE EXECUTORA DO PROJETO (JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL)	35
4.8.1. Áreas avaliadas	36
4.8.2. Resultado da avaliação dos controles internos da UEP	36
4.8.2.1. Área: Gestão de Riscos	36
4.8.2.2. Área: Estrutura Organizacional	38

7



4.8.2.3. Área: Controles Contábeis	44
4.8.2.4. Área: Controles da Administração Orçamentária e Financeira	45
4.8.2.5. Área: Controle de Aquisições	50
4.8.2.6. Área: Controle Patrimonial	52
5. CONCLUSÃO	52
ANEXOS	54

8



RESUMO EXECUTIVO

1 INTRODUÇÃO

A partir da edição da Lei Ordinária nº 13.138/2015 (publicada no Semanário Oficial de 27/12/2015 a 02/01/2016), o Poder Executivo do Município de João Pessoa/PB foi autorizado a contratar operação de crédito externo junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Por meio da Resolução nº 29/2018 (publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2018), em conformidade com o que dispõe o art. 52, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, foi autorizado, pelo Senado Federal, o Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR, celebrado entre o Município de João Pessoa e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O referido contrato apresenta como objeto a concessão de empréstimo com vista ao financiamento e execução do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa (Programa João Pessoa Sustentável), conforme definido através da Cláusula 1.01 – Das Disposições Especiais.

Por conseguinte, cumprindo condição contratual à liberação dos recursos, foi criada a Unidade Executora do Programa (UEP), através da Lei Municipal nº 13.676/2018 (publicada no Semanário Oficial de 23 a 29 de dezembro de 2018), composta por membros especializados e exclusivamente dedicados à execução do programa, de acordo com o que disciplina o ato normativo de criação da UEP, o Contrato de Empréstimo nº 4444/OC – BR, o Regulamento Operacional do Programa¹ e outros normativos correlatos.

Inicialmente, a UEP funcionava à Av. João Cirilo da Silva –Portal do Sol, João Pessoa/PB, transferindo-se, em agosto de 2020, para o Duo Corporate Tower, localizado na BR-230, também na capital paraibana.

O Coordenador Geral do Programa João Pessoa Sustentável, no exercício financeiro de 2021, foi o senhor Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros, nomeado para a função através da Portaria nº 301, de 11 de janeiro de 2021.

A UEP foi criada por meio da Medida Provisória nº 67/2018, convertida na Lei Municipal nº 13.676/2018, que se encontra em vigor, não tendo sofrido alterações em seu conteúdo.

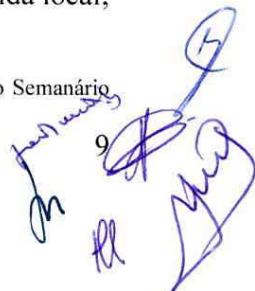
Ela está ligada diretamente ao gabinete do Prefeito Municipal, sendo este o responsável pela administração geral e financeira do programa.

Os trabalhos aqui desenvolvidos referem-se à Auditoria Independente prevista na Cláusula 5.02 - Das Disposições Especiais – e ao Artigo 7.03 – Das Normas Gerais -, ambos do Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR.

2 DO PROJETO

O custo total do Projeto foi estimado em quantia equivalente a US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares), sendo US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) financiados pelo BID e US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) representando recursos de contrapartida local;

¹ A versão atualizada do ROP foi aprovada por meio da Portaria nº 1869, de 01 de julho de 2021, publicada no Semanário Oficial nº 1.805 (de 29 de agosto a 04 de setembro de 2021).



cujo prazo para desembolso perfaz 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses, a partir da entrada em vigor do Contrato de Empréstimo. (verificar vigência e data de assinatura do Contrato de Empréstimo)

Do total financiado pelo BID, o Programa João Pessoa Sustentável, em 2021, aplicou o montante de US\$ 3.268.364,28; ao somarmos esse montante ao total aplicado em 2020 (US\$ 930.674,45), resta um saldo de US\$ 95.800.961,27 a ser aplicado

No concernente à contrapartida local, o valor aplicado, até 31/12/2021, totaliza US\$ 11.519.092,84.

2.1 OBJETIVO DO PROJETO

O objetivo geral do Projeto visa melhorar a qualidade de vida da população, em especial do segmento mais carente, e promover o desenvolvimento social e econômico sustentável de João Pessoa.

Os objetivos específicos são: (i) fortalecer os instrumentos de planejamento e gestão urbana; (ii) incrementar o acesso a conjuntos habitacionais de interesse social, infraestrutura e equipamentos urbanos de qualidade para famílias vulneráveis; (iii) melhorar a qualidade de vida em assentamentos informais, a partir da mitigação de riscos socioambientais e da melhoria do habitat em projetos com potencial de replicação; e (iv) incrementar a eficiência da gestão dos recursos fiscais municipais por meio do fortalecimento dos procedimentos administrativos, capacitação e modernização de equipamentos tecnológicos.

2.2 COMPONENTES DO PROJETO

Para alcançar os seus objetivos, o Projeto está dividido nos seguintes componentes, identificados e descritos a seguir:

Componente I - Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade

Tem como objetivo fortalecer o planejamento e a gestão urbana, apoiar a redução do déficit habitacional municipal e melhorar os assentamentos irregulares de vulneráveis, a partir de intervenções integrais.

Esse componente foi estruturado em 03 (três) subcomponentes, como se segue:

a) Fortalecimento do Planejamento e da Gestão Urbana. Serão financiadas as seguintes atividades: (i) revisão do plano diretor municipal; (ii) elaboração de estudos de densificação urbana e habitação sustentável; (iii) elaboração de estudos socioambientais para intervenções em assentamentos informais com população vulnerável; (iv) elaboração do plano municipal de redução de riscos a desastres naturais; e (v) implementação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC), contemplando a integração institucional e tecnológica para situações de emergência, risco de desastres naturais, segurança pública e mobilidade;

b) Financiamento de Conjuntos Habitacionais Integrais para Famílias Vulneráveis. Serão financiados com recursos de Contrapartida Local a construção de cerca de 2.300 habitações para aproximadamente 11.500 pessoas de baixa renda nos conjuntos habitacionais: Colinas de

10

Gramame, São José, Saturnino de Brito e Vista Alegre. Também serão financiadas obras de infraestrutura básica e/ou equipamento urbano, priorizadas de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento Operacional do Programa (ROP) e em consonância com as políticas de salvaguarda do Banco;

c) Melhoria do Habitat em Assentamentos Irregulares Vulneráveis. Será financiada a realocação de famílias em situação de risco em assentamentos irregulares do Complexo Beira Rio (CBR), selecionadas por suas respectivas situações de vulnerabilidade. No CBR serão financiadas, entre outras, as seguintes atividades: (i) projeto urbanístico integral da área; (ii) reassentamento de aproximadamente 840 famílias que vivem em zonas de risco, incluindo desapropriação de áreas para construção de cerca de 675 habitações; (iii) implementação de obras de infraestrutura e/ou equipamento urbano em áreas selecionadas; (iv) elaboração e implementação de um plano de acompanhamento socioeconômico para as famílias beneficiadas, incluindo a criação de um Escritório Local de Gestão (ELO); e (v) regularização cadastral e titulação de propriedades. Em relação ao Complexo Via Férrea (CVF), serão financiados: (i) o projeto urbanístico integral da área; (ii) seleção de obras essenciais para prover serviços de infraestrutura básica e/ou equipamento urbano; e (iii) recuperação socioambiental do antigo lixão municipal.

Componente II. Fortalecimento da Gestão Pública Municipal

Este componente tem em como objetivo apoiar o governo municipal na modernização dos instrumentos de gestão e na prestação de serviços públicos e ampliar a arrecadação tributária; foi estruturado em 02 (dois) subcomponentes:

a) Melhoria da Gestão Tributária. Será financiada: (i) a implementação de um novo modelo de gestão da arrecadação e dos contribuintes; (ii) a atualização do cadastro de valores imobiliários; e (iii) a implementação de um novo modelo de gestão de contribuintes, de cobrança, de um sistema de administração tributária, de programa de inteligência e de educação fiscal.

b) Melhoria da Gestão Administrativa. Este subcomponente financiará as seguintes atividades: (i) apoio à reestruturação organizacional de órgãos municipais vinculados ao Programa; (ii) capacitação dos servidores públicos municipais, no âmbito da implementação da escola de governo; (iii) modernização da gestão patrimonial; (iv) aperfeiçoamento do sistema de gestão financeira e contábil municipal; (v) melhoria da gestão das compras municipais; (vi) implementação de uma gestão financeira focada na melhoria dos gastos; (vii) melhoria do planejamento e gestão da assistência social; (viii) implementação de modelo de atuação da defesa civil municipal; (ix) aperfeiçoamento do sistema de serviços e segurança na área da tecnologia da informação; (x) implantação de *data center*; e (xi) implantação de uma sala segura que cumpra com padrões de segurança internacionais.

Componente III. Gestão/Administração do Programa.

Este componente inclui a atividade:

a) Administração do Programa. Será financiada a criação e o funcionamento de uma Unidade Executora do Programa (UEP) e a contratação de uma empresa de consultoria especializada em gestão de projetos para apoiar o gerenciamento dos distintos componentes da operação, incluindo a supervisão de todas as obras de infraestrutura e equipamento urbano. Também serão contratados serviços de consultoria para a avaliação, assim como a auditoria externa contábil financeira e a implementação do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS).

3 DA AUDITORIA

3.1 ESCOPO DO TRABALHO

Os trabalhos de auditoria iniciaram-se por reuniões entre os membros da Unidade Executora do Programa - UEP e a equipe designada pelo Tribunal de Contas da Paraíba, através da Portaria TC nº 050/2022.

Foram verificados procedimentos e contratos de aquisições, relatórios, demonstrativos; contratos de câmbio, extratos bancários, além de outras informações necessária à análise das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto em epígrafe e sua compatibilidade com as demonstrações financeiras apresentadas em estrita observância às normas da INTOSAI e diretrizes específicas do BID.

A auditoria teve como objetivo verificar a adequabilidade dos controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais, administrativos e de tecnologia de informação mantidos pela coordenação do Projeto nas seguintes áreas:

- a) Controle orçamentário, bem como a execução do Projeto em confronto com as metas estabelecidas nos documentos de planejamento;
- b) O cumprimento, pelo mutuário, das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial;
- c) Controle patrimonial;
- d) Controle de aquisições, no intuito de verificar a conformidade dos processos de licitação/seleção com as políticas do Banco e com a legislação nacional aplicável, e adequabilidade dos pagamentos realizados;
- e) Controle em Tecnologia da Informação; e
- f) A adequada apresentação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto.

3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

No exercício auditado (2021), foram realizadas aquisições/serviços no montante de R\$ 17.023.439,08 (dezessete milhões, vinte e três mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oito centavos), valor correspondente a US\$ 3.268.364,28. Desse total, foram analisados os processos listados a seguir, constituindo uma amostra que representa 59,46% dos investimentos do Programa ao longo do exercício de 2021:

Tabela 01 – Investimentos do Projeto (2021) – Processos Analisados

Credor	Nº Contrato	Objeto	Valor Pago (R\$)	Valor Pago (US\$)
Ney Marques Duarte	02.014/2019	Consultor Individual de apoio à UEP nas Atividades de Implantação do CCC	148.524,81	27.653,97
Instituto Águila de Gestão Ltda.	02.003/2020	Apoio ao Gerenciamento do Programa (GERENCIADORA)	2.264.591,61	431.529,02

Consórcio João Pessoa Sustentável PDMJP	02.006/2021	Serviço para Atualização e Revisão do Plano Diretor Municipal e Legislação Complementares	1.277.045,10	246.849,53
Consórcio DEMACAMP - ANIMA	02.007/2021	Contratação de Empresa Especializada para a implantação do Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR	287.168,06	55.539,71
Construtora Terra Sol Ltda.	02.008/2021	Elaboração de Estudo de Geotecnia e Topografia de Terrenos Destinados à Construção de Conjuntos Habitacionais do CBR	61.993,00	11.989,75
WDS Engenharia Ltda.	02.009/2021	Elaboração de Estudo de Geotecnia e Topografia de Terrenos Destinados à Construção de Conjuntos Habitacionais do CBR	9.000,00	1.740,65
Consórcio Engeconsult - TECGEO	02.010/2021	Consultoria para elaboração dos projetos básicos e executivos de infraestrutura do CBR	280.959,49	54.338,95
Consórcio João Pessoa GEO - Sustentável	02.013/2021	Serviço para atualização da Planta Genérica de Valores - PGV	4.160.604,95	804.681,34
WayCarbon Soluções Ambientais e Projetos de Carbono Ltda.	02.020/2021	Serviço de elaboração do Plano Municipal de Descarbonização e Adaptação Climática	89.855,80	17.378,55
Imagem Geosistema e Comércio Ltda.	02.022/2021	Aquisição de software e implantação de sistema de informações georreferenciadas	1.542.145,59	298.258,50
TOTAL			10.121.888,41	1.949.959,97

Fonte: SAFF.

Outrossim, à elaboração do presente relatório de auditoria independente, foram solicitados os seguintes documentos: a) Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR e respectivas Disposições Especiais às Normas Gerais de caráter contábil e financeiro, referentes ao Programa; b) Todas as comunicações realizadas entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Prefeitura de João Pessoa (por intermédio da Unidade Executora do Programa – UEP); c) Norma local sobre a estrutura, atribuições, responsabilidades e formação dos membros responsáveis pelas diversas fases do Projeto; d) Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021; e) Extratos de todas as contas bancárias relativas ao Programa João Pessoa Sustentável.

Quanto às demais informações necessárias à elaboração deste relatório, destacamos que a UEP concedeu à equipe de auditoria acesso ao programa SAFF, da empresa, SOFTPLAN, através do qual foi possível verificarmos dados contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos.

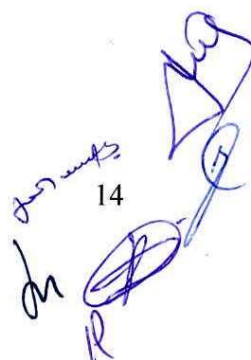
Contrato de Empréstimo nº 4444/OC – BR

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações
Financeiras Básicas do Programa João Pessoa Sustentável**

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

**João Pessoa/PB
2022**

14



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROGRAMA

Ao Excelentíssimo Senhor Cícero Lucena Filho

Prefeito do Município de João Pessoa/PB

Programa João Pessoa Sustentável

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras anexas da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e a Demonstração de Investimentos Acumulados para o exercício findo também nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, correspondentes ao Programa João Pessoa Sustentável, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em atendimento ao disposto na Cláusula 5.02, das Disposições Especiais, do referido Contrato de Empréstimo.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Programa em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com o critério contábil de caixa, descrito na Nota Explicativa 02.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com os estabelecidos no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, que estão baseados nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs, por sua sigla em inglês), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que são convergentes – com as adequações de concordância – com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA, por sua sigla em inglês), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes para nossa Auditoria de demonstrações financeiras, previstos no Código de Ética deste Tribunal de Contas e da INTOSAI, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Sem que haja modificação da nossa opinião, chamamos atenção para os seguintes:

Ênfases

A nota explicativa 03 às demonstrações financeiras informa que os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2021 estão depositados nas contas bancárias do Programa e incluem as receitas geradas por juros e ganhos cambiais. O extrato da conta mantida na agência 1909, com nº 00071010-9 da Caixa Econômica Federal, demonstra um saldo total de R\$ 17.534.043,74 (US\$ 3.384.551,28), aplicados no Fundo de Investimento “CAIXA FIC PRATICO RENDA FIXA CURTO”. O montante de R\$ 465.653,65 (US\$ 83.441,78) remete-se a saldo das receitas provenientes de ganhos em aplicações financeiras do exercício de 2021.

O total geral de rendimentos acumulados, no montante de R\$ 466.423,89 (US\$ 83.590,01), inclui os valores obtidos no exercício de 2020 – R\$ 770,24 (US\$ 148,23).

A nota explicativa 04 às demonstrações financeiras ressalta que há saldo pendente de justificação ao BID, no montante de US\$ 4.371.902,26, representado pelo saldo disponível na moeda da operação US\$ 3.300.961,27 (R\$ 17.067.619,85) e gastos ou pagamentos pendentes de apresentação ao Banco US\$ 1.070.940,99 (R\$ 5.537.300,42);

Conforme o item 4.8.2.4.3 da seção “Avaliação dos Controles Internos da UEP”, constatamos o baixo volume de recursos do BID desembolsado ao longo do exercício de 2021, demandando estratégias que imprimam celeridade/eficiência na aplicação desses recursos para, assim, serem atingidos os objetivos e metas traçados pelo Programa.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com o critério contábil de caixa descrito na Nota 02, o qual inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pelo Programa e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

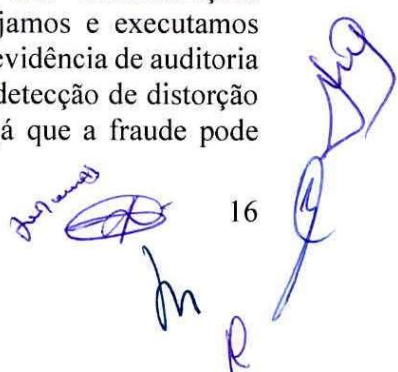
Os responsáveis pela governança do Programa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Programa.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com o Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, que está baseado nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode



envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Prefeitura.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Relatório sobre outros requisitos legais e/ou regulatórios

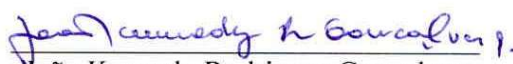
Não foram observadas situações que indiquem descumprimento das cláusulas financeiras do contrato de empréstimo nº 4444/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento durante o período submetido à nossa auditoria.

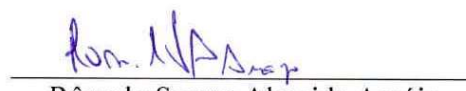
João Pessoa, 12 de abril de 2022.



Maria Zaira Chagas Guerra Pontes
Auditor de Controle Externo


Renata Carrilho Torres de Andrade
Auditor de Controle Externo


Julio Uchôa Cavalcanti Neto
Auditor de Controle Externo


João Kennedy Rodrigues Gonçalves
Auditor de Controle Externo


Rômulo Soares Almeida Araújo
Auditor de Controle Externo


João César Bezerra de Menezes
Auditor de Controle Externo

ANEXOS

54



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL**

João Pessoa, 07 de abril de 2022

CARTA DE REPRESENTAÇÃO

Ao Excelentíssimo Senhor

FERNANDO RODRIGUES CATÃO

Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB)

c/c

Ao Excelentíssimo Senhor

EDUARDO FERREIRA ALBUQUERQUE

Diretor de Auditoria e Fiscalização (DIAF)

Assunto: envio de Demonstrações Financeiras assinadas, do Programa João Pessoa Sustentável, referentes ao Exercício 2021 para Auditoria Externa Independente – Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR (Operação de Crédito nº BR-L 1421) – Celebrado entre o Município de João Pessoa e o Banco Interamericano de Desenvolvimento

Senhor Presidente,

Encaminhamos as demonstrações financeiras adequadamente apresentadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, devidamente assinadas pela autoridade máxima municipal, para serem acostadas ao Processo 01862/22, referentes ao exercício 2021 para Auditoria Externa Independente – Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR (Operação de Crédito nº BR-LA 1421) – Celebrado entre o Município de João Pessoa e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Anexo:

- a. Demonstração de Fluxo de Caixa – em moeda nacional (R\$) e estrangeira (US\$);
- b. Demonstração de Investimentos Acumulados – em moeda nacional (R\$) e estrangeira (US\$);
- c. Notas Explicativas.

Ressaltamos que, para além do rol de documentos que seguem este expediente, a Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável fica à disposição para prestar todos os esclarecimentos, bem como para fornecer toda a documentação que se entenda necessária.

Respeitosamente,



Cícero de Lucena Filho
Prefeito



**João Pessoa
Sustentável**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

MUTUÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PB
CONTRATO Nº: 4444/OC – BR
PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

1. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1.1 Objetivo do Programa

O Programa João Pessoa Sustentável tem o objetivo de promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental da cidade por meio da redução das desigualdades, da modernização dos instrumentos de planejamento urbano, da prestação de serviços e da administração pública e fiscal. O Programa é dividido em dois componentes: um de investimentos e outro de gestão administrativa.

1.2 Descrição dos Componentes

Para atingir seus objetivos, o Programa está dividido nos seguintes componentes de investimento, abaixo identificados e descritos:

Componente I – Desenvolvimento urbano sustentável e gestão da cidade

- Municipal; Plano de Descarbonização e Adaptação Climática; Plano Municipal de Risco e Desastre; e Centro de Cooperação da Cidade (CCC).
- Financiamento dos Conjuntos Habitacionais Integrais para famílias vulneráveis – Conjuntos de contrapartida: Colinas de Gramame, Saturnino de Brito, São José e Vista Alegre.
- Melhoramento do habitat em assentamentos irregulares vulneráveis – Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC); Projetos e Obras de Infraestrutura e Parque Linear; Projetos e Obras dos Conjuntos Habitacionais e Regularização Fundiária para as comunidades do Complexo Beira Rio; Projetos e Obras de Recuperação do antigo Lixão do Róger; e Fortalecimento do Planejamento e da Gestão Urbana – Revisão do Plano Diretor .

Componente II – Fortalecimento da gestão pública municipal

- Melhoramento da Gestão Tributária: Modelo de Gestão de Contribuintes, Planta Genérica de Valores (PGV); Novo Modelo de Cobrança; Novo Sistema de Administração Tributária; Programa de Educação Fiscal; e Data Center;



- Melhoria da Gestão Administrativa: Reestruturação das Secretarias; Escola de Governo EAD; Modelo de Gestão de Patrimônio Municipal; Sistema Eletrônico de Tramitação de Documentos (E-Ciga); Sistema de Gestão Financeira e Contábil; Sistema de Atuação da Defesa Civil; Infraestrutura Física de TI aperfeiçoada; e Sistema de Serviços de Monitoramento e Segurança para implantação de *firewall* da PMJP.

Componente de gestão e administração do Programa

- Contempla as ações de apoio para execução do Programa. Formado pela Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável (UEP) e Secretarias Municipais que compõem o Comitê Gestor do Programa.

1.3 Custo do Programa

O custo total do Programa é estimado em até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares americanos).

O Banco financiará até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), e a contrapartida local, custeada pelo Município de João Pessoa, equivale ao montante de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos).

Destaca-se, a seguir, o desmembramento dos recursos, por componente, em dólares americanos:

Categorias de Investimento	BID (US\$)	PMJP (US\$)	TOTAL (US\$)
I. Componentes de Investimentos	89.966	98.077	188.043
Componente I - Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	65.111	98.077	163.188
Componente II - Fortalecimento da Gestão	24.855	0	24.855
II. Gestão/ Administração do Programa	10.034	1.923	11.957
UEP e Auditoria	7.653	1.923	9.576
Monitoramento e Avaliação	469	0	469
Programas do MGAS	1.912	0	1.912
TOTAL	100.000	100.000	200.000

1.4 Órgão Executor do Programa:

O Órgão Executor do Programa é o Município de João Pessoa, através do Gabinete do Prefeito (atual Secretaria de Gestão Governamental, em razão da reforma administrativa realizada por meio da Medida Provisória nº 01/2021). Com a finalidade de executar o Programa, foi criada a Unidade Executora de Programa (UEP), pela Medida Provisória nº 67/2018, convertida na Lei nº 13.676/2018, publicada no Semanário Oficial do Município de 23 a 29/12/2018, Edição Extra.

Na Lei nº 13.676/2018, em conformidade com o Regulamento Operacional do Programa (ROP), este formalmente integrado ao ordenamento municipal, foram criadas as coordenações e atribuídas suas respectivas competências. A estrutura administrativa do Programa é composta pelos seguintes agentes:

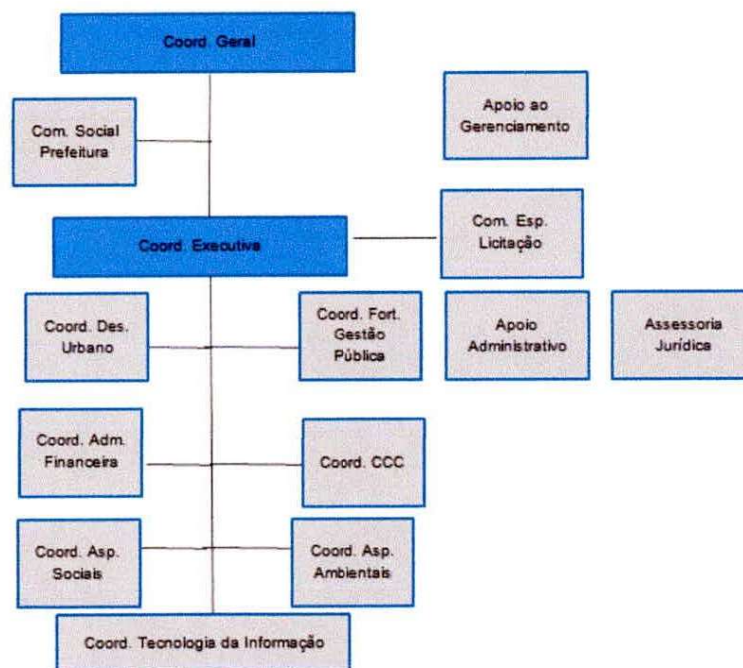


- ✓ Prefeito(a) do Município de João Pessoa, que desempenha função de articulação político-institucional;
- ✓ Secretário Chefe de Gabinete do Prefeito (atual Secretário da Gestão Governamental do Município de João Pessoa/PB), o qual, conforme Regulamento Operacional do Programa e Legislação que rege a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal, é o ordenador da despesa, autoridade responsável pela homologação dos certames licitatórios, assinatura dos respectivos contratos administrativos, autorização da emissão de empenhos e ordens de pagamentos;
- ✓ Coordenador-Geral da Unidade Executora de Programa, que desempenha a função de execução da operação crédito, conforme Regulamento Operacional do Programa e Lei Municipal nº 13.676/2018;
- ✓ Comitê Gestor do Programa (CGP), criado pelo Decreto nº 9.251/2018, conforme Regulamento Operacional do Programa, órgão de acompanhamento e aconselhamento do Programa, presidido pelo Prefeito e composto pelas Secretarias e Órgãos participantes do Programa, ao qual compete discutir assuntos relevantes relacionados à execução do Programa, solucionar possíveis dificuldades de articulação institucional e eventuais conflitos existentes, além disso, é a instância encarregada pela discussão do Plano Operativo Anual e os Relatórios de Progresso;
- ✓ Comissão Especial de Licitação (CEL), responsável pela execução da fase externa dos processos licitatórios do Programa, de acordo com as Normas e Políticas de Aquisições que regem o Programa (GNs 2349 e 2350) e modalidades nacionais admitidas pelo BID, nos moldes disciplinados pelo Contrato de Empréstimo e pelo Regulamento Operacional do Programa. A CEL/UEP vem tendo sua composição atualizada anualmente, com garantia da composição da equipe por servidores efetivos, na proporção de dois terços (Decretos Municipais nº 9.330/2019, nº 9.561/2020; e nº 9.672/2021);
- ✓ Membros da UEP, que são o Coordenador(a) de Tecnologia da Informação, Coordenador(a) Administrativo(a) e Financeiro(a), Coordenador(a) do Centro de Cooperação da Cidade, Coordenador(a)-Geral, Coordenador(a) Executivo(a), Coordenador(a) de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Coordenador(a) de Fortalecimento da Gestão Pública, Coordenador(a) de Aspectos Sociais, Coordenador(a) de Aspectos Ambientais e o(a) Assessor(a) Jurídico(a). Todo o corpo de servidores da UEP foi formalmente nomeado por meio de Portarias do Prefeito, em conformidade com a Lei Municipal nº 13.676/2018;
- ✓ Nos termos do Contrato de Empréstimo e do Regulamento Operacional do Programa, a UEP conta com o apoio de uma Empresa de Apoio ao Gerenciamento do Programa, incumbida de apoiar a UEP no planejamento, execução, monitoramento e prestação de contas de suas atividades típicas;
- ✓ Procurador Setorial de carreira designado para atuar junto à UEP, ao qual compete avaliar previamente os aspectos jurídicos de todos os processos licitatórios realizados pela Unidade Executora, emitindo os respectivos pareceres prévios. O Procurador Setorial exerce ainda competência de consultoria jurídica da UEP, sendo consultado diante de aspectos gerais do funcionamento do órgão, desde que haja pertinência jurídica, de acordo com a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município;
- ✓ Controladoria Geral do Município (CGM), órgão central do sistema de controle interno, o qual exerce controle prévio de todos os processos licitatórios, emitindo os respectivos despachos e pareceres acerca da legalidade, legitimidade e economicidade dos processos, conforme Lei Orgânica da CGM;



✓ Também importa destacar que, de acordo com o Regulamento Operacional do Programa e nos termos disciplinados pela Legislação que rege a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, todas as despesas são previamente submetidas ao crivo da Secretaria Municipal de Finanças, cujo setor de liquidação verifica a conformidade da documentação relativa antes da consumação da execução das despesas.

ORGANOGRAMA DA UEP



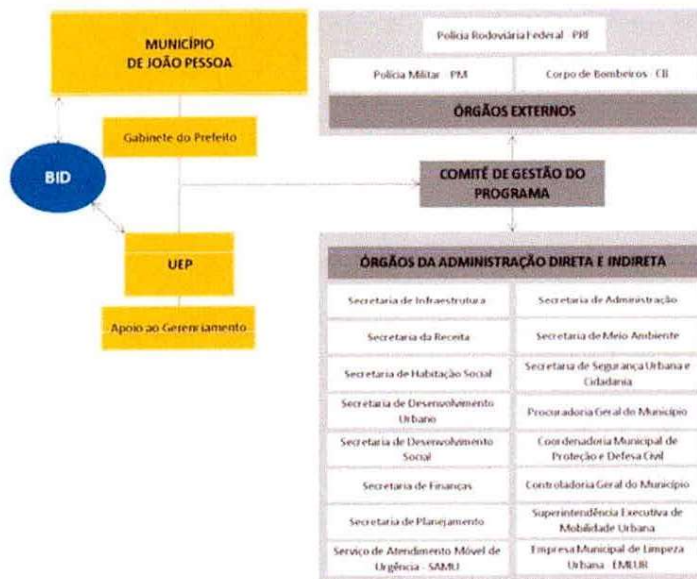
O CGP, presidido pelo(a) Prefeito(a) e auxiliado pelo Coordenador(a)-Geral da Unidade Executora do Programa, terá como membros efetivos, além do(a) Prefeito(a), os titulares dos seguintes Órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de João Pessoa, e outros Órgãos e Entidades do Estado da Paraíba e do Governo Federal:

- | | |
|---|---|
| ✓ Secretaria de Infraestrutura; | ✓ Coordenadoria Proteção e Defesa Civil; |
| ✓ Secretaria da Receita; | ✓ Procuradoria-Geral do Município; |
| ✓ Secretaria Habitação Social; | ✓ Controladoria-Geral do Município; |
| ✓ Secretaria de Desenvolvimento Urbano; | ✓ Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana; |
| ✓ Secretaria de Desenvolvimento Social; | ✓ Empresa Municipal de Limpeza Urbana; |
| ✓ Secretaria de Finanças; | ✓ Serviço de Atendimento Móvel de Urgência; |
| ✓ Secretaria de Planejamento; | ✓ Polícia Militar (PM), Corpo de Bombeiros (CB); e |
| ✓ Secretaria de Administração; | ✓ Governo Federal – Polícia Rodoviária Federal (PRF). |
| ✓ Secretaria de Meio Ambiente; | |
| ✓ Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania; | |



O (A) Vice-Prefeito (a) será Vice-Presidente do Comitê e o(a) substituto(a) eventual do(a) Prefeito(a). Compete ao CGP realizar reuniões ordinárias semestrais, e extraordinárias, quando se fizer necessário.

ORGANOGRAMA DO CGP



A existência dessa multiplicidade de instâncias, compostas por equipes multidisciplinares, cujas competências e atribuições foram previamente definidas em marcos normativos legais, permitem o funcionamento da Unidade Executora do Programa com garantia da segregação de funções e de que as decisões de gestão sejam subsidiadas e amparadas em informações técnicas e jurídicas seguras, tendo como referencial o Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR, o Regulamento Operacional do Programa e as Políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento que vinculem a execução do Programa, sobretudo as Políticas de Aquisição.

Por fim, conforme relatado anteriormente, a elegibilidade do Programa (acesso aos recursos da operação de crédito) foi concretizada no dia 19/12/2019, com a emissão da **CBR 3204/2019**, de autoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento, quando consideradas atendidas todas as condições prévias ao primeiro desembolso.



2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de Contabilidade Caixa

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das Normas Internacionais de Contabilidade para el Sector Público - NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa”.

2.2 Unidade Monetária

Os registros contábeis do Programa são mantidos em dólares americanos, de acordo com os requisitos do BID. Para o cálculo da equivalência em dólares americanos do dinheiro recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio negociada pela Secretaria de Finanças do Município de João Pessoa com os agentes bancários no momento do recebimento desses recursos (internalização). Os pagamentos, por sua vez, são feitos em moeda local, e convertidos em dólar pela taxa de câmbio da internalização do recurso, determinada no contrato de câmbio.

Nesse processo já foram celebrados 5 (cinco) contratos de câmbio conforme exposto na tabela abaixo:

Solicitação de Desembolso	Contrato de Câmbio	Data de Internalização	Taxa de Câmbio
001/2020	231423306	17/02/2020	4,3150
003/2020	243642451	13/07/2020	5,3410
005/2020	253129338	20/11/2020	5,3385
007/2021	266273455	26/04/2021	5,4400
009/2021	274504137	27/07/2021	5,1705

A taxa de câmbio aplicável à conversão dos pagamentos em reais para dólares é a taxa estipulada na cláusula 3.03 do Contrato de Empréstimo. Esta cláusula determina as seguintes regras de conversão:

✓ Para os pagamentos com recursos do financiamento, aplica-se a regra constante no item (i) disposto no Artigo 4.10 das Normas Gerais, ou seja, a mesma taxa da internalização dos recursos financiados para moeda local;

✓ Para o reconhecimento dos pagamentos a débito da contrapartida local, aplica-se a regra constante no item (ii) disposto no Artigo 4.10 das Normas Gerais, ou seja, taxa de câmbio de compra indicado pelo Banco Central do Brasil na data de pagamento da despesa em moeda local.

✓ Adicionalmente, para determinar a equivalência de despesas incorridas em Moeda Local para as quais se solicite ao Banco o reembolso a débito do Empréstimo, a taxa de câmbio aplicável será a taxa de câmbio de compra fixada pelo Banco Central do Brasil no dia anterior à data efetiva da apresentação da solicitação de reembolso ao Banco.



3. FUNDOS DISPONÍVEIS

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2021 estão depositados na conta bancária do Programa e incluem as receitas geradas por juros e ganhos cambiais conforme tabela abaixo:

Banco - Caixa Econômica Federal						
Agência – 1909 Conta Corrente nº 71010-9						
Ano	Recursos Disponíveis		Rendimentos		Saldo Total em Conta	
	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$
2019 ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2020 ²	1.383.417,90	259.143,78	770,24	148,23	1.384.188,14	259.914,02
2021 ³	17.067.619,85	3.300.961,27	465.653,65	83.441,78	17.534.043,74	3.384.551,28

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo acumulado da receita proveniente de aplicação financeira foi de R\$ 466.423,89, cujo câmbio utilizado para conversão foi de R\$ 5,5799, sendo portanto, registrado até o momento, uma receita no valor de US\$ 83.590,01.

4. ADIANTAMENTOS (ANTECIPADOS) PENDENTES DE JUSTIFICAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$ 4.371.902,26 (R\$ 22.604.920,27), e estão representados por pagamentos pendentes de justificação/comprovação e o saldo disponível em conta, que são compatíveis com os mostrados na Demonstração de Fluxo de Caixa e no Item II da Conciliação dos Recursos Antecipados pelo Banco, anexado a estas Notas Explicativas.

Descrição	US\$	R\$
Saldo Disponível em Conta na Moeda da Operação em: 31/12/2021	3.300.961,27	17.067.619,85
Pagamentos Pendentes de Comprovação/Justificativa ao Banco	1.070.940,99	5.537.300,42
TOTAL	4.371.902,26	22.604.920,27

5. ADIANTAMENTOS (ANTECIPADOS) E JUSTIFICATIVAS

A conciliação dos adiantamentos e justificativas de desembolso apresentada ao BID com OPS – 1 (*Operational and Financial Executive Summary*) segue no quadro abaixo:

Descrição	US\$	R\$
Saldo de adiantamentos no início do período	602.231,56	3.215.018,80
(-) Adiantamentos legalizados durante o período	2.540.659,30	13.318.509,80
(+) Adiantamentos recebidos	6.310.330,00	32.708.411,27
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período	4.371.902,26	22.604.920,27

1 Saldo Disponível em Conta na Moeda da Operação em: 31/12/2019

2 Saldo Disponível em Conta na Moeda da Operação em: 31/12/2020

3 Saldo Disponível em Conta na Moeda da Operação em: 31/12/2021



O “Saldo de adiantamento no encerramento do período” corresponde ao “ANTECIPO DE FONDOS” registrado no OPS – 1, em 31/12/2021, e no Item IV da Conciliação dos Recursos Antecipados pelo Banco.

6. FUNDOS DE CONTRAPARTIDA NACIONAL

De acordo com o contrato de empréstimo nº 4444/OC, o município de João Pessoa, do Estado da Paraíba, assumiu o compromisso de contribuir como contrapartida local a importância de US\$ 100.000.000,00, equivalente a 100% do valor financiado. Até 31 de dezembro de 2021, o Município contribuiu com a importância de US\$ 11.519.092,84, o que representa em reais o montante de R\$ 38.260.474,34, o equivalente a 11,52% do total comprometido.

7. AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Conforme a Demonstração do Fluxo de Caixa de 2020, o Saldo Pendente de Comprovação/Justificativa de recursos antecipados pelo BID, em 31 de dezembro de 2020, foi de US\$ 343.236,01 (R\$ 1.832.371,14), sendo este, inserido no Desembolso nº 06 (Prestação de Contas) e enviado ao BID em 07 de abril de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o Saldo Pendente de Comprovação/Justificativas antecipadas pelo BID foi de US\$ 1.070.940,99 (R\$ 5.537.300,42), saldo este que será inserido na próxima Prestação de Contas (Justificativa).

8. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

As aquisições dos bens e as contratações dos serviços foram efetuadas em observância às normas do BID (GN 2349 e GN 2350), e também, conforme sistemas nacionais admitidos pelo Contrato de Empréstimo (conforme Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, por exemplo).

Até 31/12/2021, foram realizadas as seguintes contratações:

ITEM	OBJETO	CONTRATO Nº	ANO
1	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA A CAPACITAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA E ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	02.012/2019	2019
2	CONTRATAÇÃO E SERVIÇO TÉCNICO DE INFORMÁTICA DE APOIO À EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	02.2013/2019	2019
3	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA APOIAR A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE (CCC) DE JOÃO PESSOA	02.2014/2019	2019
4	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE VIABILIDADE DE INTRODUÇÃO DE ESPAÇOS COMERCIAIS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA NO COMPLEXO BEIRA RIO, NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	02.001/2020	2020
5	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS LOCAIS DE GESTÃO (ELOS), DEDICADOS A ORGANIZAR OS PROCESSOS DE REASSENTAMENTO E MELHORIAS HABITACIONAIS EM 8(OITO) COMUNIDADES DO COMPLEXO BEIRA RIO	02.002/2020	2020



6	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DE PROJETOS DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL	02.003/2020	2020
7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO FINANCEIRA (SIGEF)	02.004/2020	2020
8	AQUISIÇÃO DE 20.882 (VINTE MIL, OITOCENTAS E OITENTA E DUAS) CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, AGRAVADA PELO COVID-19	02.005/2020	2020
9	AQUISIÇÃO DE 20.882 (VINTE MIL, OITOCENTAS E OITENTA E DUAS) KITS DE HIGIENE PESSOAL PARA ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, AGRAVADA PELO COVID-19	02.006/2020	2020
10	AQUISIÇÃO DE 20.882 (VINTE MIL, OITOCENTAS E OITENTA E DUAS) KITS DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, AGRAVADA PELO COVID-19	02.007/2020	2020
11	DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A EQUIPE DA UEP/GAPRE	02.008/2020	2020
12	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL - AQUISIÇÃO DE 01 (UM) PROJETO MULTIMÍDIA E 02 (DUAS) CAIXAS DE SOM	02.009/2020	2020
13	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL - 01 (UM) APARELHO DE AUDIOCONFERÊNCIA	02.010/2020	2020
14	SISTEMA DE TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS, SERVIÇO QUE INCLUI A HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REGISTRO DAS GESTÕES E TRAMITAÇÕES DE DOCUMENTOS, PROCESSOS E DOSSIÊS ELETRÔNICOS EM PLATAFORMA WEB.	02.011/2020	2020
15	AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) NOTEBOOKS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB, PARA SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL, DESTINADO AO USO DAS DIVERSAS DIRETORIAS QUE COMPÕEM A SECRETARIA.	02.001/2021	2021
16	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) COMPUTADOR DESKTOP, NO ÂMBITO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB, PARA SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL, DESTINADO AO USO DAS DIVERSAS DIRETORIAS QUE COMPÕEM A SECRETARIA.	02.002/2021	2021
17	AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) SWITCH 16 (DEZESSEIS) PORTAS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB, PARA SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL, DESTINADO AO USO DAS DIVERSAS DIRETORIAS QUE COMPÕEM A SECRETARIA.	02.003/2021	2021
18	AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) HD EXTERNOS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB, PARA SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL, DESTINADO AO USO DAS DIVERSAS DIRETORIAS QUE COMPÕEM A SECRETARIA.	02.004/2021	2021
19	AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) SWITCH DE 48 (QUARENTA E OITO) PORTAS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB, PARA SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL, DESTINADO AO USO DAS DIVERSAS DIRETORIAS QUE COMPÕEM A SECRETARIA.	02.005/2021	2021
20	REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES.	02.006/2021	2021
21	ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NAS COMUNIDADES DO CBR ATRAVÉS DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB.	02.007/2021	2021
22	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA EXECUÇÃO DE	02.008/2021	2021



	SONDAGENS, ENSAIOS GEOTÉCNICOS.		
23	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO.	02.009/2021	2021
24	SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL DAS COMUNIDADES DO COMPLEXO BEIRA RIO, INCLUINDO TODOS OS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA E IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR, NO MUNICÍPIO D/E JOÃO PESSOA/PB.	02.010/2021	2021
25	SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DAS UNIDADES HABITACIONAIS, EQUIPAMENTOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E PÚBLICOS E ENTORNO A SEREM EXECUTADOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS, CONSIDERANDO OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE, PARA REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NA ÁREA PERTENCENTE AO COMPLEXO BEIRA RIO.	02.011/2021	2021
26	ESTUDOS E PROJETOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO LIXÃO DO ROGER.	02.012/2021	2021
27	SERVIÇO PARA ATUALIZAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA DIGITAL, DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO, DA PLANTA DE VALORES GENÉRICOS E A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.	02.013/2021	2021
28	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - AQUISIÇÃO DE 18 NOTEBOOKS	02.014/2021	2021
29	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - AQUISIÇÃO DE 05 NOTEBOOKS	02.015/2021	2021
30	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - AQUISIÇÃO DE 03 SCANNER	02.016/2021	2021
31	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - TELEVISOR	02.017/2021	2021
32	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - DATA STORAGE	02.018/2021	2021
33	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - MOUSE	02.019/2021	2021
34	PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA DE JOÃO PESSOA.	02.020/2021	2021
35	CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES, DIAGNÓSTICO E TERMOS DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO À UEP - UNIDADE EXECUTORA DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	02.021/2021	2021
36	CONTRATAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE LICENÇAS DA PLATAFORMA ARCGIS NOS NÍVEIS DE DESKTOP E SERVIDOR, TREINAMENTO, SUPORTE, TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, NO ÂMBITO DO	02.022/2021	2021



	PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.		
37	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA CAPACITAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA, MELHORIAS DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS, DIAGNÓSTICO SITUACIONAL, MAPEAMENTO DOS RISCOS, ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CRIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO PARA A REDUÇÃO DE VULNERABILIDADES A DESASTRES - PMGRVD.	02.023/2021	2021
38	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIAS DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, FINANCIADO COM RECURSOS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 4444/OC-BR (BR-L 1421), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) – AQUISIÇÃO DE 2.187 (DOIS MIL CENTO E OITENTA E SETE) DESKTOPS COMPLETOS TIPO A	02.024/2021	2021
39	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIAS DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, FINANCIADO COM RECURSOS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 4444/OC-BR (BR-L 1421), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) – AQUISIÇÃO DE 462 (QUATROCENTOS E SESSENTA E DOIS) DESKTOPS COMPLETOS TIPO B	02.025/2021	2021
40	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIAS DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, FINANCIADO COM RECURSOS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 4444/OC-BR (BR-L 1421), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) – AQUISIÇÃO DE 168 (CENTO E SESSENTA E OITO) DESKTOPS COMPLETOS TIPO C	02.026/2021	2021
41	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIAS DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, FINANCIADO COM RECURSOS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 4444/OC-BR (BR-L 1421), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) – AQUISIÇÃO DE 123 (CENTO E VINTE E TRÊS) NOTEBOOKS TIPO A	02.027/2021	2021
42	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIAS DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, FINANCIADO COM RECURSOS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 4444/OC-BR (BR-L 1421), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) – AQUISIÇÃO DE 99 (NOVENTA E NOVE) NOTEBOOKS TIPO B	02.028/2021	2021
43	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIAS DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, FINANCIADO COM RECURSOS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 4444/OC-BR (BR-L 1421), FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) – AQUISIÇÃO DE 32 (TRINTA E DOIS) NOTEBOOKS TIPO C	02.029/2021	2021



9. CATEGORIAS DE INVESTIMENTOS

9.1 – Custos das Atividades

Os montantes investidos e apresentados no Demonstrativo de Investimento Acumulados em 31 de dezembro de 2021, são:

Componentes/Subcomponentes	Acumulado até Exercício 2021					
	BID		PMJP		TOTAL	
	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
01 - Componente I: Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	1.064.428,27	5.488.191,82	10.708.499,93	34.623.440,23	11.772.928,20	40.111.632,05
01.01 - Fortalecimento do Planejamento e da Gestão Urbana	737.415,89	3.816.990,92	11.077,14	59.572,50	748.493,03	3.876.563,42
01.02 - Financiamento de Conjuntos Habitacionais Integrais para Famílias Vulneráveis			10.697.422,79	34.563.867,73	10.697.422,79	34.563.867,73
01.03 - Melhoramento do Habitat em Assentamentos Irregulares Vulneráveis	327.012,38	1.671.200,90			327.012,38	1.671.200,90
02 - Componente II: Fortalecimento da Gestão Pública Municipal	2.515.794,03	13.138.091,41			2.515.794,03	13.138.091,41
02.01 - Melhoramento da Gestão Tributária	1.129.383,91	5.839.479,67			1.129.383,91	5.839.479,67
02.02 - Melhoramento da Gestão Administrativa	1.386.410,12	7.298.611,74			1.386.410,12	7.298.611,74
03 - Gestão/ Administração do Programa	618.816,43	3.211.083,66	810.507,47	3.637.034,11	1.429.323,90	6.848.117,77
03.01 - UEP e Auditoria	618.816,43	3.211.083,66	810.507,47	3.637.034,11	1.429.323,90	6.848.117,77
03.02 - Monitoramento e Avaliação						0
03.03 - Programas do MGAS (*)						0
Totais	4.199.038,73	21.837.366,89	11.519.092,84	38.260.474,34	15.718.131,57	60.097.841,23

9.2 – Gastos Financeiros

9.2.1 – Juros e Comissão de Crédito

Conforme as Cláusulas 2.06 e 2.07, constantes das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo, os custos financeiros no exercício de 2019, 2020 e 2021 tem-se os pagamentos de juros e comissão de crédito que ocorreram conforme o quadro a seguir:

Vencimento	Detalhamento	Valor US\$	Valor R\$	Pagamento
15/06/19	Comissão de Crédito	160.273,97	617.695,88	13/06/19
15/12/19	Comissão de Crédito	250.684,93	1.025.050,68	20/12/19
15/06/20	Comissão de Crédito	240.772,92	1.275.090,76	12/06/20
15/06/20	Juros	1.399,56	7.144,75	12/06/20
15/12/20	Comissão de Crédito	248.675,30	1.275.849,82	09/12/20
15/12/20	Juros	3.088,10	15.794,09	09/12/20
15/06/21	Comissão de Crédito	245.818,33	1.248.511,30	02/06/21
15/06/21	Juros	8.479,34	43.066,67	02/06/21



15/12/21	Comissão de Crédito	234.847,56	1.338.161,40	14/12/21
15/12/21	Juros	37.866,65	215.764,17	14/12/21

9.2.2 – Fundo de Inspeção e Vigilância – FIV

Conforme a Cláusula 2.08, das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo, não existe previsão, no contrato de empréstimo, de recursos para Fundos de Inspeção e Vigilância.

10. DESEMBOLSOS EFETUADOS

Os desembolsos efetuados dos recursos do empréstimo, até 31 de dezembro de 2021, conciliados com o Demonstrativo de Fluxo de Caixa, estão demonstrados na tabela abaixo:

Adiantamento de Recursos	Ano	Data de Apresentação	Solicitado US\$	Creditado R\$
Desembolso nº 01	2020	15/01/2020	152.000,00	655.880,00
Desembolso nº 03	2020	30/06/2020	437.670,00	2.337.595,47
Desembolso nº 05	2020	30/10/2020	600.000,00	3.203.100,00
Desembolso nº 07	2021	31/03/2021	300.000,00	1.632.000,00
Desembolso nº 09	2021	01/07/2021	6.010.330,00	31.076.411,27
Total			7.500.000,00	38.904.986,74

11. PRESTAÇÃO DE CONTAS (JUSTIFICATIVAS) REALIZADAS

O valor Comprovado/Justificado ao BID até 31 de dezembro de 2021, foi no montante de US\$ 3.128.097,74 (R\$ 16.300.066,47), conforme explicitado na tabela abaixo:

Prestação de Contas	Ano	Data de Apresentação	Valor Justificado	
			US\$	R\$
Justificativa nº 02	2020	30/06/20	141.674,55	611.325,72
Justificativa nº 04	2020	30/10/20	445.763,89	2.370.230,95
Justificativa nº 06	2021	31/03/21	601.028,23	3.208.595,07
Justificativa nº 08	2021	30/06/21	297.146,30	1.616.353,41
Justificativa nº 10	2021	30/09/21	760.863,23	3.935.137,07
Justificativa nº 11	2021	30/11/21	881.621,54	4.558.424,25
Total			3.128.097,74	16.300.066,47



12. CONCILIAÇÃO ENTRE A DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA E A DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

DESCRIÇÃO	BID		PMJP		TOTAL	
	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
Demonstração de Fluxos de Caixa	4.199.038,73	21.837.366,89	11.519.092,84	38.260.474,34	15.718.131,57	60.097.841,23
Demonstração de Investimentos Acumulados	4.199.038,73	21.837.366,89	11.519.092,84	38.260.474,34	15.718.131,57	60.097.841,23
DIFERENÇA	\$ -	R\$ -	\$ -	R\$ -	\$ -	R\$ -

13. CONCILIAÇÃO DOS REGISTROS DO PROGRAMA COM OS REGISTROS DO BID (OPERATIONAL AND FINANCIAL EXECUTIVE SUMMARY – OPS 1), POR CATEGORIAS DE INVERSÃO

Componentes/ Subcomponentes	DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS		OPERATIONAL AND FINANCIAL EXECUTIVE SUMMARY (OPS - 1)		DIFERENÇA	
	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
I. Componentes de Investimentos	3.580.222,30	18.626.283,23	2.592.690,13	13.520.248,13	987.532,17	5.106.035,10
Componente I - Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	1.064.428,27	5.488.191,82	888.254,72	4.577.286,42	176.173,55	910.905,40
Componente II - Fortalecimento da Gestão	2.515.794,03	13.138.091,41	1.704.435,41	8.942.961,71	811.358,62	4.195.129,70
II. Gestão/ Administração do Programa	618.816,43	3.211.083,66	535.407,61	2.779.818,34	83.408,82	431.265,32
UEP e Auditoria	618.816,43	3.211.083,66	535.407,61	2.779.818,34	83.408,82	431.265,32
Monitoramento e Avaliação	-	-	-	-	-	-
Programas do MGAS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.199.038,73	21.837.366,89	3.128.097,74	16.300.066,47	1.070.940,99	5.537.300,42

Os valores apresentados na coluna "Diferença", correspondem aos pagamentos realizados no exercício, porém pendentes de justificativas. Conforme indicado na Demonstração de Fluxo de Caixa.



14. CONCILIAÇÃO DO PASSIVO A FAVOR DO BID ENTRE O MONTANTE REGISTRADO NO CAMPO “DISBURSED AMOUNT” DO OPS1 E O REGISTRADO NO CAMPO “RECURSOS RECEBIDOS - BID” DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DESCRIÇÃO	US\$	R\$
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	7.500.000,00	38.904.986,74
OPS - 1 (Disbursed)	7.500.000,00	38.904.986,74
Diferença	-	-

15. CONTINGÊNCIAS

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos, quer contra a Administração do Programa, até data base de 31/12/2021 e até a data da elaboração/aprovação das demonstrações financeiras.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data do encerramento do exercício e a data da elaboração das demonstrações financeiras que possam afetar a situação financeira do Programa.

17. SITUAÇÃO DOS AJUSTES ORIGINADOS DE OPINIÕES DIFERENTES DO PADRÃO POR PARTE DOS AUDITORES INDEPENDENTES NO ANO OU PERÍODOS ANTERIORES

Não houve opinião que tenha refletido em modificações na estrutura das demonstrações financeiras do período anterior. Por outro lado, no tocante à avaliação dos Controles Internos da UEP, o Relatório da Auditoria emitido em 2021 (relativo ao exercício 2020) apresentou recomendações para o aprimoramento do sistema de controle interno, conforme Critérios estabelecidos nos itens 4.6.2.2.4 e 4.6.2.2.7 do referido relatório, bem como que fossem adotadas providências para o aumento da celeridade/eficiência na aplicação dos recursos do Programa (item 4.6.2.4.3).

Acerca da recomendação relativa ao Critério do item 4.6.2.2.4 (“A UEP deve possuir Código de Ética ou normas de conduta ética do Programa”), por meio do Decreto nº 9.801/2021 (publicado no Semanário Oficial do Município de João Pessoa de 14 de setembro de 2021, edição especial), foi aprovado o Código de Ética da Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável, implementando o respectivo critério de controle interno, em cumprimento às recomendações da Auditoria Independente.

A respeito do Critério do item 4.6.2.2.7 (“O Programa deve possuir segregação de responsabilidades na administração financeira do Projeto ((atividades de tesouraria, contabilidade e relatórios contábeis)), prevendo a participação obrigatória de vários responsáveis diferentes nas autorizações mais relevantes”), por meio do Decreto nº 9.929/2021 (publicado no Semanário Oficial do Município de João Pessoa de 29 de dezembro de 2021, edição especial), foi aprovado o Regimento Interno/Regulamento



da Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável, dispondo, de forma regulamentar, das competências e atribuições de cada órgão e agente envolvido na execução financeira do Programa João Pessoa Sustentável, com o intuito de segregar as respectivas funções em todas as fases de realização da despesa pública custeada por recursos do Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR (celebrado com Banco Interamericano de Desenvolvimento). Sobre esse ponto, especificamente acerca da administração financeira, o Capítulo VI do referido regulamento se dedica a disciplinar especialmente as atividades relacionadas às fases de execução da despesa propriamente dita (empenho, liquidação e pagamento), com vistas a garantir a segregação nas funções de tesouraria, contabilidade e emissão de relatórios contábeis), implementando o respectivo critério de controle interno, em cumprimento às recomendações da Auditoria Independente.

Por último, acerca da recomendação do aumento da eficiência na execução dos recursos do Programa (item 4.6.2.4.3), não obstante a transição na gestão pública municipal ocorrida em decorrência dos resultados das eleições municipais de 2020, assim como – e principalmente –, em virtude da crise sanitária mundial decorrente da Covid-19, que, particularmente no ano 2021, produziu seus efeitos mais nocivos no País e no Município de João Pessoa/PB, foram adotadas medidas de continuidade e de elevação da eficiência na execução do Programa João Pessoa Sustentável no exercício 2021, o que resultou num crescimento em torno de 300% nos indicadores de desembolso em comparação ao exercício de 2020, o que decorre do aumento, em cerca de 3 vezes, do quantitativo de contratações públicas realizadas.

Essa melhora dos indicadores do Programa é consequência das providências e medidas de gestão implementadas ao longo do exercício 2021; presentes, sobretudo, nos processos de trabalho, planejamento e aquisições públicas, cuja celeridade foi sensivelmente incrementada.

Ainda assim, é importante destacar que a referida crise sanitária gerou a necessidade de aplicação de diversas medidas de prevenção ao longo do exercício em referência, dentre elas, redução de jornada de trabalho para garantir o adequado distanciamento social e segurança dos servidores que participam da execução do Programa; afastamento temporário de servidores que apresentaram sintomas ou foram contaminados com o vírus da Covid-19; dentre outras que representam obstáculos à gestão pública.

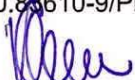
Para além disso, a pandemia afetou significativamente a economia de todo o mundo e, em escala maior, a economia do país. Isso ocasionou um cenário de instabilidade no mercado, por conseguinte, nos preços, o que afetou o andamento de licitações e contratos importantes para o Programa, repercutindo em atrasos de alguns projetos de valores substanciais.

No entanto, em que pese tais motivos de força maior, fatores extraordinários e não controláveis pela gestão do Programa, é possível considerar que foram alcançados bons resultados no ano de 2021, tendo a gestão presente envidado esforços para cumprir as previsões do planejamento orçamentário anual realizado na gestão anterior (art. 35, §2º, do ADCT c/c Lei Municipal nº 9.999/2003).




Portanto, não obstante o Relatório da Auditoria Financeira relativa ao exercício 2020 tenha apresentado uma conclusão sem ressalvas no tocante aos aspectos essenciais avaliados na auditoria financeira, a UEP/SEGGOV envidou esforço no curso do exercício 2021 para implementar a totalidade dos critérios e recomendações feitas pela nobre equipe de Auditoria Independente do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, bem como segue à disposição para buscar o aperfeiçoamento da gestão dos recursos que financiam o Programa João Pessoa Sustentável.


Juliana de Oliveira Medeiros
Coordenadora Administrativo e Financeiro – CAF
CRC nº 10.86610-9/PB


Vinícius Eduardo Mendes de Menezes
Assessor Técnico – CAF
Matrícula 87.739-5


Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros
Coordenador-Geral


Cícero de Lucena Filho
Prefeito



Demonstração de Fluxo de Caixa
Período Referência: 2º Semestre 2021
Taxa de câmbio: R\$ 5,57990

US\$

Descrição	PERÍODO TERMINADO EM 31/12/2021			PERÍODO TERMINADO EM 2020		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS						
Acumulado no início do período	1.189.670,00	7.187.246,02	8.376.916,02			
Durante o período - Sub total	6.310.330,00	4.415.436,83	10.725.766,83	1.189.670,00	7.187.246,02	8.376.916,02
Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagto diretos - BID)	6.310.330,00	4.331.995,05	10.642.325,05	1.189.670,00	7.187.097,79	8.376.767,79
Rendimentos de aplicação financeira						
Outros (detalhar)						
Total Recursos Recebidos	7.500.000,00	11.602.682,85	19.102.682,85	1.189.670,00	7.187.246,02	8.376.916,02
DESEMBOLSOS EFETUADOS						
Acumulado no início do período	930.674,45	7.187.097,79	8.117.772,24			
Durante o período - Sub total	3.268.364,28	4.331.995,05	7.600.359,33	930.674,45	7.187.097,79	8.117.772,24
Solicitacao/justificativa de desembolso apresentada ao BID	2.540.659,30	4.446.857,53	6.987.516,83	587.438,44	7.072.149,87	7.659.588,31
Pgtos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/ Justificativa						
Outros (detalhar)						
Total Desembolsado	4.199.038,73	11.519.092,84	15.718.131,57	930.674,45	7.187.097,79	8.117.772,24
SALDO DISPONÍVEL	3.300.961,27	83.590,01	3.384.551,28	258.995,55	148,23	259.143,78

Juliana de Oliveira Medeiros
Coordenadora Administrativa e Financeiro – CAF
CRC nº 0.83610-9/PB

Vinicius Eduardo Mendes de Menezes
Assessor Técnico – CAF
Matrícula 87.739-5

Antônio de Fátima Filho de Medeiros
Coordenador Geral

Cícero de Lucena Filho
Prefeito



Demonstração de Fluxo de Caixa
Período Referência: 2º Semestre 2021

R\$

Descrição	PERÍODO TERMINADO EM 31/12/2021			PERÍODO TERMINADO EM 2020		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS						
Acumulado no início do período	6.196.575,47	23.491.880,83	29.688.456,30			
Durante o período - Sub total	32.708.411,27	15.235.017,40	47.943.428,67	6.196.575,47	23.491.880,83	29.688.456,30
Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagto diretos - BID)	32.708.411,27	14.769.363,75	47.477.775,02	6.196.575,47	23.491.110,59	29.687.686,06
Rendimentos de aplicação financeira		466.423,89	466.423,89		770,24	770,24
Outros (detalhar)		-770,24	-770,24			
Total Recursos Recebidos	38.904.986,74	38.726.898,23	77.631.884,97	6.196.575,47	23.491.880,83	29.688.456,30
DESEMBOLSOS EFETUADOS						
Acumulado no início do período	4.813.927,81	23.491.110,59	28.305.038,40			
Durante o período - Sub total	17.023.439,08	14.769.363,75	31.792.802,83	4.813.927,81	23.491.110,59	28.305.038,40
Solicitacao/justificativa de desembolso apresentada ao BID	13.318.509,80	15.237.757,51	28.556.267,31	2.981.556,67	23.022.716,83	26.004.273,50
Pgtos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/ Justificativa	5.537.300,42	5.537.300,42	5.537.300,42	1.832.371,14	468.393,76	2.300.764,90
Outros (detalhar)	-1.832.371,14	-468.393,76	-2.300.764,90			
Total Desembolsado	21.837.366,89	38.260.474,34	60.097.841,23	4.813.927,81	23.491.110,59	28.305.038,40
SALDO DISPONÍVEL	17.067.619,85	466.423,89	17.534.043,74	1.382.647,66	770,24	1.383.417,90

Juliana de Oliveira Medeiros
Coordenadora Administrativo e Financeiro – CAF
CRC nº 19.83610-9/PB

Vinicius Eduardo Mendes de Menezes
Assessor Técnico – CAF
Matrícula 87.739-5

Antônio de Fátima Figueira de Medeiros
Coordenador-Geral

Cícero de Lucena Filho
Prefeito



Empréstimo : 4444/OC-BR
 Mutuário : Município de João Pessoa
 Programa : JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

Demonstração Investimentos Acumulados
Período Referência: 2º Semestre 2021

US\$

Conceito	Orçamento Vigente			Acumulado até Exercício 2020			Movimento do Exercício 2021			Acumulado até Exercício 2021			Orçamento a Realizar		
	Total Projeto	BID	Contrap.	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	Total Projeto	BID	Contrap.
01 - Componente I: Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	163.188.000,00	65.111.000,00	98.077.000,00	507.627,49	6.807.582,59	7.315.210,08	556.800,78	3.900.917,34	4.457.718,12	1.064.428,27	10.708.499,93	11.772.928,20	151.415.071,80	64.046.571,73	87.368.500,07
01.01 - Fortalecimento do Planejamento e da Gestão Urbana	30.898.281,00	25.203.375,00	5.694.906,00	473.187,81		473.187,81	264.228,08	11.077,14	275.305,22	737.415,89	11.077,14	748.493,03	30.149.787,97	24.465.958,11	5.683.828,86
01.02 - Financiamento de Conjuntos Habitacionais Integrais para Famílias Vulneráveis	57.562.500,00		57.562.500,00		6.807.582,59	6.807.582,59		3.889.840,20	3.889.840,20		10.697.422,79	10.697.422,79	46.865.077,21		46.865.077,21
01.03 - Melhoramento do Habitat em Assentamentos Irregulares Vulneráveis	74.727.219,00	39.907.625,00	34.819.594,00	34.439,68		34.439,68	292.572,70		292.572,70	327.012,38		327.012,38	74.400.206,62	39.580.612,62	34.819.594,00
02 - Componente II: Fortalecimento da Gestão Pública Municipal	24.855.000,00	24.855.000,00		282.356,24		282.356,24	2.233.437,79		2.233.437,79	2.515.794,03		2.515.794,03	22.339.205,97	22.339.205,97	
02.01 - Melhoramento da Gestão Tributária	13.700.125,00	13.700.125,00					1.129.383,91		1.129.383,91	1.129.383,91		1.129.383,91	12.570.741,09	12.570.741,09	
02.02 - Melhoramento da Gestão Administrativa	11.154.875,00	11.154.875,00		282.356,24		282.356,24	1.104.053,88		1.104.053,88	1.386.410,12		1.386.410,12	9.768.464,88	9.768.464,88	
03 - Gestão/ Administração do Programa	11.957.000,00	10.034.000,00	1.923.000,00	140.690,72	379.515,20	520.205,92	478.125,71	431.077,71	909.203,42	618.816,43	810.592,91	1.429.409,34	10.527.590,66	9.415.183,57	1.112.407,09
03.01 - UEP e Auditoria	9.576.000,00	7.653.000,00	1.923.000,00	140.690,72	379.515,20	520.205,92	478.125,71	431.077,71	909.203,42	618.816,43	810.592,91	1.429.409,34	8.146.590,66	7.034.183,57	1.112.407,09
03.02 - Monitoramento e Avaliação	469.000,00	469.000,00											469.000,00	469.000,00	
03.03 - Programas do MGAS (*)	1.912.000,00	1.912.000,00											1.912.000,00	1.912.000,00	
Totais	200.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	930.674,45	7.187.097,79	8.117.772,24	3.268.364,28	4.331.995,05	7.600.359,33	4.199.038,73	11.519.092,84	15.718.131,57	184.281.868,43	95.800.961,27	88.480.907,16
Porcentagens	100,00	50,00	50,00	11,46	88,54	100,00	43,00	57,00	100,00	26,71	73,29	100,00	100,00	51,99	48,01

Juliana de Oliveira Medeiros
 Coordenadora Administrativo e Financeiro – CAF
 CRC nº 10.83610-9/PB

Vinicius Eduardo Mendes de Menezes
 Assessor Técnico – CAF
 Matrícula 87.739-5

Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros
 Coordenador-Geral

Cícero de Lucena Filho
 Prefeito



Empréstimo : 4444/OC-BR
Mutuário : Município de João Pessoa
Programa : JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

Demonstração Investimentos Acumulados
Período Referência: 2º Semestre 2021

R\$

Conceito	Orçamento Vigente			Acumulado até Exercício 2020			Movimento do Exercício 2021			Acumulado até Exercício 2021			Orçamento a Realizar		
	Total Projeto	BID	Contrap.	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	Total Projeto	BID	Contrap.
01 - Componente I: Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	910.572.721,20	363.312.868,90	547.259.852,30	2.608.543,78	21.990.608,40	24.599.152,18	2.879.648,04	12.632.831,83	15.512.479,87	5.488.191,82	34.623.440,23	40.111.632,05	870.461.089,15	357.824.677,08	512.636.412,07
01.01 - Fortalecimento do Planejamento e da Gestão Urbana	172.409.318,15	140.632.312,16	31.777.005,99	2.450.090,02		2.450.090,02	1.366.900,90	59.572,50	1.426.473,40	3.816.990,92	59.572,50	3.876.563,42	168.532.754,73	136.815.321,24	31.717.433,49
01.02 - Financiamento de Conjuntos Habitacionais Integrais para Famílias Vulneráveis	321.192.993,75		321.192.993,75		21.990.608,40	21.990.608,40		12.573.259,33	12.573.259,33		34.563.867,73	34.563.867,73	286.629.126,02		286.629.126,02
01.03 - Melhoramento do Habitat em Assentamentos Irregulares Vulneráveis	416.970.409,30	222.680.556,74	194.289.852,56	158.453,76		158.453,76	1.512.747,14		1.512.747,14	1.671.200,90		1.671.200,90	415.299.208,40	221.009.355,84	194.289.852,56
02 - Componente II: Fortalecimento da Gestão Pública Municipal	138.688.414,50	138.688.414,50		1.507.383,57		1.507.383,57	11.630.707,84		11.630.707,84	13.138.091,41		13.138.091,41	125.550.323,09	125.550.323,09	
02.01 - Melhoramento da Gestão Tributária	76.445.327,49	76.445.327,49					5.839.479,67		5.839.479,67	5.839.479,67		5.839.479,67	70.605.847,82	70.605.847,82	
02.02 - Melhoramento da Gestão Administrativa	62.243.087,01	62.243.087,01		1.507.383,57		1.507.383,57	5.791.228,17		5.791.228,17	7.298.611,74		7.298.611,74	54.944.475,27	54.944.475,27	
03 - Gestão/ Administração do Programa	66.718.864,30	55.988.716,60	10.730.147,70	698.000,46	1.500.502,19	2.198.502,65	2.513.083,20	2.136.531,92	4.649.615,12	3.211.083,66	3.637.034,11	6.848.117,77	59.870.746,53	52.777.632,94	7.093.113,59
03.01 - UEP e Auditoria	53.433.122,40	42.702.974,70	10.730.147,70	698.000,46	1.500.502,19	2.198.502,65	2.513.083,20	2.136.531,92	4.649.615,12	3.211.083,66	3.637.034,11	6.848.117,77	46.585.004,63	39.491.891,04	7.093.113,59
03.02 - Monitoramento e Avaliação	2.616.973,10	2.616.973,10											2.616.973,10	2.616.973,10	
03.03 - Programas do MGAS (*)	10.668.768,80	10.668.768,80											10.668.768,80	10.668.768,80	
Totais	1.115.980.000,00	557.990.000,00	557.990.000,00	4.813.927,81	23.491.110,59	28.305.038,40	17.023.439,88	14.769.363,75	31.792.802,83	21.837.366,89	38.260.474,34	60.097.841,23	1.055.882.158,77	536.152.633,11	519.729.525,66
Porcentagens	100,00	50,00	50,00	17,01	82,99	100,00	53,54	46,46	100,00	36,34	63,66	100,00	100,00	50,78	49,22

Juliana de Oliveira Medeiros
Coordenadora Administrativo e Financeiro – CAF
CRC nº 0.83610-9/PB

Vinicius Eduardo Mendes de Menezes
Assessor Técnico – CAF
Matrícula 87.739-5

Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros
Coordenador Geral

Cícero de Lucena Filho
Prefeito